

**MARIO THIAGO MOREIRA**

**A SUBSIDIARIEDADE DA NORMA DE VEDAÇÃO AO  
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO CÓDIGO CIVIL  
DE 2002: RELEITURA E NOVOS LIMITES.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ORIENTADOR: PROFESSOR ASSOCIADO ALESSANDRO HIRATA**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE DIREITO DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2014**

**MARIO THIAGO MOREIRA**

**A SUBSIDIARIEDADE DA NORMA DE VEDAÇÃO AO  
ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA NO CÓDIGO CIVIL  
DE 2002: RELEITURA E NOVOS LIMITES.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ORIENTADOR: PROFESSOR ASSOCIADO ALESSANDRO HIRATA**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo da Universidade de São Paulo, na área de concentração de Direito Civil.

**FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**SÃO PAULO**

**2014**



BANCA EXAMINADORA:

Professor Associado Alessandro Hirata

---

---

## RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo solucionar duas questões acerca do enriquecimento sem causa. Primeiramente, busca definir se há utilidade na aplicação da figura jurídica, ou seria caso de uma regra descartável no ordenamento jurídico privado brasileiro. A partir da resposta à primeira indagação, questiona-se qual o campo de incidência da regra de vedação ao enriquecimento sem causa.

Destarte, será possível formular um critério rígido, que evite a arbitrariedade do julgador na aplicação de normas abertas e cláusulas gerais. Porém, cabível um critério abrangente, vez que inclui no conceito de enriquecimento sem causa novo parâmetro, para além da posição tradicional.

Para tanto, imprescindível analisar os elementos e fundamentos do enriquecimento sem causa e da subsidiariedade de maneira a evitar sua aplicação desmedida e sem critérios, ao bel-prazer do julgador. A hipótese, derradeiramente, repousa na necessidade de estabelecimento do campo de atuação da figura jurídica que fundamente o critério de aplicação no caso concreto.

Palavras-chaves: Enriquecimento sem causa; Subsidiariedade; Direito das Obrigações;

## **ABSTRACT**

The present dissertation has as a goal to solve two questions regarding the unjustified enrichment. First, it aims to define if there is any use in the application of the juridical figure or if it is the case of a disposable rule on the Brazilian private juridical order. Then, based on the answer to the first inquiry, it is questioned which is the application field for the prohibition to the unjustified enrichment.

Therefore, it will be possible to formulate a rigid criterion that prevents the arbitrariness of the ruler in the applications of open norms and general terms. However, it has been appropriate a comprehensive criterion once it includes in the unjustified enrichment concept a new parameter, beyond the traditional understanding.

For that matter, it is indispensable to analyze the elements and foundations of the unjustified enrichment and the subsidiarity in a way to prevent its unmeasured application, without any criteria and at the will of the ruler. Finally, the hypothesis lays on the necessity for the establishment of the action field of the juridical figure that justify the application criteria in the actual case.

Keywords: Unjust enrichment; subsidiarity; Law of Obligations;

# ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	p. 1
2. NOÇÕES GERAIS DA NORMA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	p. 4
2.1. Breve histórico da vedação ao enriquecimento sem causa.....	p. 4
2.2. Terminologia.....	p. 22
2.3. Elementos da norma de vedação ao enriquecimento sem causa.....	p. 26
2.3.1. Enriquecimento.....	p. 27
2.3.2. Empobrecimento.....	p. 32
2.3.3. Ausência de justa causa.....	p. 35
2.3.4. Nexo de causalidade.....	p. 40
2.3.5. Valoração do <i>quantum</i> restitutivo.....	p. 42
2.4. Função da vedação ao enriquecimento sem causa.....	p. 46
2.4.1. Enriquecimento enquanto preceito de equidade.....	p. 49
2.4.2. Enriquecimento sem causa enquanto regra moral e ética.....	p. 51
2.4.3. Enriquecimento sem causa enquanto princípio.....	p. 53
2.4.4. Teoria patrimonial.....	p. 55
2.4.5. Teoria da gestão de negócios.....	p. 56
2.4.6. Teoria do quase contrato.....	p. 58
2.4.7. Teoria do fato ilícito.....	p. 59
2.4.8. Teoria do lucro criado.....	p. 61
2.4.9. Teoria unitária.....	p. 62
2.4.10. Enriquecimento sem causa enquanto equilíbrio patrimonial...p.	65
2.4.11. Enriquecimento sem causa enquanto norma subsidiária.....	p. 67
2.5. Posição adotada: elementos e fundamento do enriquecimento sem causa.....	p. 69
3. A SUBSIDIARIEDADE DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	p. 75

3.1. Histórico da subsidiariedade da norma de vedação ao enriquecimento sem causa.....	p. 75
3.2. Teorias da subsidiariedade da norma de vedação ao enriquecimento sem causa.....	p. 88
3.3. Subsidiariedade concreta e subsidiariedade abstrata.....	p. 115
4. ANÁLISE JURISPRUDENCIAL DA SUBSIDIARIEDADE DA NORMA DE ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	p. 132
4.1. Jurisprudência STF.....	p. 133
4.2. Jurisprudência Tribunal de Justiça de São Paulo.....	p. 135
5. CAMPO DE INCIDÊNCIA DA REGRA DE VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	p. 141
5.1. Introdução.....	p. 141
5.2. Distinção entre enriquecimento sem causa, responsabilidade civil e nulidades.....	p. 143
5.3. Os grupos de incidência da regra de vedação ao enriquecimento sem causa.....	p. 152
5.3.1. Enriquecimento por prestação.....	p. 153
5.3.2. Enriquecimento por intervenção.....	p. 154
5.3.3. Enriquecimento por despesas efetuadas por outrem.....	p. 163
5.3.4. Enriquecimento por desconsideração de patrimônio.....	p. 164
5.4. A incidência do enriquecimento sem causa no direito privado brasileiro a partir da distinção entre negócios abstratos e negócios causais.....	p. 165
5.5. Particularidades da aplicação da regra de vedação ao enriquecimento sem causa consoante os três modelos de indivíduos propostos no direito privado brasileiro.....	p. 168
5.6. Conclusão.....	p. 172
6. ABRANGÊNCIA DA APLICAÇÃO DA SUBSIDIARIEDADE DA NORMA DE VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA.....	p. 174
6.1. Crítica à sistemática atual.....	p. 174
6.1.1. A lógica do enriquecimento sem causa.....	p. 174
6.1.2. A economia de meios e sua análise em concreto.....	p. 177



6.1.3. O problema da historicidade: as características da França e da modernidade.....	p. 179
6.1.4. Enriquecimento sem causa e a tutela daqueles que desconhecem o direito.....	p. 190
6.1.5. Cobrança indevida e enriquecimento sem causa.....	p. 194
6.1.6. Porque aplicar o enriquecimento sem causa como regra autônoma e não subsidiária?.....	p. 196
6.1.7. Acesso à justiça na perspectiva do direito material.....	p. 198
6.1.8. O problema das exemplificações doutrinárias.....	p. 200
6.1.9. O valor da restituição e o patrimônio mínimo.....	p. 202
6.1.10. Vedação ao enriquecimento sem causa, direitos fundamentais e defesa dos grupos vulneráveis.....	p. 205
6.2. Proposta de lege ferenda/interpretação.....	p. 209
7. CONCLUSÕES.....	p. 214
8. BIBLIOGRAFIA.....	p. 219